



JUVENTUDE, TRABALHO E ESCOLA NO ESPAÇO RURAL

YOUTH, WORK AND SCHOOL IN THE RURAL SPACE

Heloisia Carneiro de Souza ¹, Roberta Pasqualli², Luiz Mário Lopes Cardoso³, Flávio Manoel Coelho Borges Cardoso⁴

¹ Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo ProfEPT pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano e professora da rede municipal de Guarinos-GO. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8173-875X>. E-mail: heloisia2011@hotmail.com

² Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. E-mail: roberta.pasqualli@ifsc.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8293-033X>. Telefone: (49) 984331631.

³ Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo ProfEPT pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano e professor na Secretaria de Estado da Educação de Goiás. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3345-1188>. E-mail: luiz.cardoso@seduc.go.gov.br

⁴ Doutor em Administração pela Universidade de Brasília e professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1587-0597>. E-mail: flavio.cardoso@ifgoiano.edu.br

Info

Recebido: 07/2023

Publicado: 01/2024

DOI: 10.37951/2358-260X.2024v11i1.7003

ISSN: 2358-260X

Palavras-Chave

Juventude. Trabalho. Escola. Espaço

Rural. Keywords:

Youth. Work. School. Rural Space.

Abstract

Rural youth is conceived as a specific social category that takes shape in the face of diversity and heterogeneity. In this direction, this theoretical essay aims to discuss the condition of being young in rural areas from the relationship between work and study. It was constituted from a qualitative approach and produced through bibliographical research involving authors such as Bourdieu (2003), Dayrell (2003), Ferreira and Alves (2009), Margulis and Urresti (1996), Moraes, Pasqualli and Spessatto (2021). It was prepared from publications in books, periodicals that address the investigated theme. This manuscript portrays the young people's dilemma between staying in rural areas or migrating to the city and, in some cases, the pressure for family succession in the countryside. It also highlights the

differentiated condition of access, permanence and school success among young people of different genders, given the expectations set by families. The search for studies in the urban area and, consequently, the abandonment of the field, creates the expectation of improvement in the living conditions, which, not always, materializes, if not for the advance in the levels of schooling

Resumo

A juventude rural é concebida como uma categoria social específica que se configura diante da diversidade e da heterogeneidade. Nesta direção, este ensaio teórico tem como objetivo discorrer sobre a condição de ser jovem no espaço rural a partir das relações entre o trabalho e o estudo. Foi constituído a partir de uma abordagem qualitativa e produzido por meio de pesquisa bibliográfica envolvendo autores como Bourdieu (2003), Dayrell (2003), Ferreira e Alves (2009), Margulis e Urresti (1996), Moraes, Pasqualli e Spessatto (2021). Foi elaborado a partir de publicações em livros, periódicos que abordam a temática investigada. Esse manuscrito retrata o dilema dos jovens entre permanecer no meio rural ou migrar para a cidade e, em alguns casos, a pressão pela sucessão familiar no campo. Destaca, também, a condição diferenciada de acesso, permanência e êxito escolar entre os jovens de diferentes gêneros, dada as expectativas postas pelas famílias. A procura por estudos na área urbana e, conseqüentemente, o abandono do campo, cria a expectativa de melhoria na condição de vida, o que, nem sempre, se materializa, senão pelo avanço nos níveis de escolaridade.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Considera-se que a juventude não é apenas uma palavra que classifica, de forma etária, os sujeitos que não são velhos, nem adultos e nem, tampouco, crianças. Aqui, a juventude é vista como o resultado de um processo histórico e social e, ainda que possua

características que pareçam comuns a todos os grupos juvenis, pretende-se destacar as individualidades de suas condições objetivas de existência, como é o caso das juventudes que habitam o espaço rural.

Dayrell (2003, p. 40), destaca que “a juventude é, ao mesmo tempo, uma condição social e um tipo de

representação”. O autor opta pelo conceito de juventudes a partir das leituras realizadas em Peralva (1997) relatando que:

Se há um caráter universal dado pelas transformações do indivíduo numa determinada faixa etária, nas quais completa o seu desenvolvimento físico e enfrenta mudanças psicológicas, é muito variada a forma como cada sociedade, em um tempo histórico determinado, e, no seu interior, cada grupo social vão lidar com esse momento e representá-lo. Essa diversidade se concretiza com base nas condições sociais (classes sociais), culturais (etnias, identidades religiosas, valores) e de gênero, e também das regiões geográficas, dentre outros aspectos (DAYRELL, 2003, p. 41-42).

De acordo com Margulís e Urresti (1996), juventude é mais que uma palavra, é uma condição relacionada à construção histórica, social, econômica e cultural em que se sobrepõem uma série de perspectivas como gênero, idade, geração, instituições e classes sociais. Segundo Ariès (2011), não se restringe a uma definição marcada pelo desenvolvimento biológico ou pela maturação psicológica, podendo ser pensada como uma idealização de sujeito construído na modernidade. Sendo assim, ao mencionarmos a palavra juventude,

surge em nossa memória uma série de imagens a seu respeito que interferem na nossa maneira de compreender os jovens.

Para Dayrell (2003), a juventude, em termos de senso comum, é crivada por imagens construídas socialmente. Bourdieu (2003) preconiza que “o reflexo profissional do sociólogo é lembrar que as divisões entre as idades são arbitrárias” e que “a fronteira entre juventude e velhice é em todas as sociedades uma parada em jogo de luta” (BOURDIEU, 2003, p. 151). A juventude é, então, uma questão ampla, que não pode ter um único significado, ou seja, ela não é decifrada em uma única palavra.

Franzoi (2011) destaca que é impossível falar sobre jovem e trabalho sem mencionar a escola, pois é o lugar onde careceriam estar os jovens e do qual nunca deveriam ter saído. Também o trabalho deveria estar presente naturalmente na escola. De acordo com Kuhn e Brumes (2016), a escola e a educação são muito importantes para os jovens, uma vez que, oferecem meios de acesso a um futuro melhor e de superação das condições existentes, o que é fortemente apoiado pelos pais, tendo em vista que estes desejam uma vida melhor para os filhos. Assim, a escola é muito valorizada pela juventude rural, em especial pelos jovens homens.

Sendo assim, este estudo tem como objetivo discorrer sobre a juventude no âmbito rural, tendo como tema central a relação da juventude com o trabalho e a escola. Para atingir seu objetivo o texto está estruturado em três seções. Na primeira, nomeada como considerações iniciais, aqui apresentada, coloca-se luz à temática investigada, com foco em indicar o objetivo e o processo metodológico utilizado para a elaboração deste ensaio teórico. Na segunda, nomeada como fundamentação teórica, apresenta-se a discussão teórica privilegiada, dando corpo ao ensaio teórico proposto com foco nas discussões sobre a juventude rural, o trabalho e a escola. A terceira seção traz as

considerações finais e, por fim, são apresentados os referenciais teóricos trazidos para esta discussão.

Este trabalho segue os princípios da abordagem qualitativa que, para André (1995, p. 17) “observa o fato no meio natural”. De acordo com Gerhardt e Silveira (2009, p. 34), quando se utiliza dessa perspectiva metodológica, busca-se “[...] explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não qualificam os valores e as trocas simbólicas e nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação)”.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2002, p.21-22).

Para Prodanov e Freitas (2023), a pesquisa bibliográfica, fonte de informações deste estudo, é:

[...] elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e

artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa. Na pesquisa bibliográfica, é importante que o pesquisador verifique a veracidade dos dados obtidos, observando as possíveis incoerências ou contradições que as obras possam apresentar (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 54).

O presente estudo se enquadra como um ensaio teórico e, nesse sentido, não emprega a pesquisa empírica como base de dados. Ele está baseado na revisão bibliográfica a partir da busca pelos descritores ‘juventude rural’, ‘trabalho’, ‘educação’ e ‘escola’ em livros, artigos científicos publicados em revistas, portais de teses e dissertações e, também, em documentos que não passaram por análise. Na sequência, apresenta-se o corpo teórico de análise e discussão do ensaio proposto.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Juventude rural

A juventude rural é concebida como uma categoria social específica que se configura diante da diversidade e da heterogeneidade. Isto decorre do fato de que não é apenas ‘estar’ no espaço rural e situar-se numa baliza cronológica de idade que configura, de modo claro, o que é ser um jovem rural. Segundo

Ferreira e Alves (2009), o fato dos jovens estarem vinculados à agricultura não os torna agricultores e, sendo assim, o processo de categorização, ou mesmo de preocupação com a juventude rural, manifesta-se, como assinala Castro (2007), na problemática de saída dos jovens do meio rural.

O Brasil é lar de quase 50 milhões de pessoas com idade entre 15 e 29 anos (¼ da população), isso pode se chamar de “bônus demográfico” (ATA DA JUVENTUDE, 2021). De acordo com o último Censo Demográfico, realizado em 2010, havia no Brasil 7,8 milhões de jovens de 15 a 29 anos residindo na zona rural, isso representa apenas 15,6% da população jovem. Trata-se de um público bastante heterogêneo, ainda pouco analisado nas pesquisas acadêmicas. Esse quantitativo corresponde à faixa etária de 15 a 24 anos que, de acordo com Lei nº 12.852/2013, que instituiu o Estatuto da Juventude, caracteriza a idade das juventudes brasileiras. (BRASIL 2013). Acerca do Estatuto da Juventude, para Moraes, Pasqualli e Spessatto (2021, p. 4) ele é,

Fruto de debates e amplas discussões em espaços de participação social, [...] é um marco na garantia de direitos geracionais no país, junto com o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto do Idoso, dando um novo rumo às políticas para a juventude e consolidando a categoria como constituinte de sujeitos de direitos. É importante recordar que o conceito de juventude era atribuído, nos primeiros programas sociais, aos jovens em situação de risco

que dependiam de ações governamentais para serem reintroduzidos na sociedade.

No entanto, é usual, quando se trata de juventude rural, incluir os indivíduos de 15 a 29 anos nesse conjunto temporal, considerado de acordo com a Política Nacional de Juventude em 3 grupos: a) jovens-adolescentes, de 15 a 17 anos; b) jovens-jovens, de 18 a 24 anos e; c) jovens adultos, de 25 a 29 anos. Para Silva e Silva (2011, p. 664) “considerando essa divisão, pode-se perceber que o primeiro grupo já está incluído na atual política da criança e do adolescente; entretanto, os outros dois não estão”. Assim, reforça-se a tese da importância de políticas públicas, especialmente para os dos grupos que os sujeitos estão incluídos. De acordo com Troian e Breitenbach (2018, p. 789).

Considerada uma etapa da vida na qual não se é criança, mas também não se é reconhecido como adulto, a juventude evidencia um momento de transição do sujeito e cuja caracterização apresenta diferentes pontos de vista, caracterizando, muitas vezes, como um momento impreciso.

Nesse sentido, há toda uma diferenciação nas experiências decorrentes de situações vinculadas à escolarização, ao mundo do trabalho e à família, reflexivamente significadas de forma diferente em cada um desses conjuntos (MARTINS, 2019). Segundo Ferreira e Alves (2009), no espaço rural, a transição da juventude para a idade adulta se configura-se pela composição de uma nova unidade produtiva realizada por meio do casamento, dado que são raros os casos em que um jovem tenha uma propriedade produtiva e

vá residir nela solteiro, sozinho. Numa condição cultural e tradicional, ele entende que precisa de uma esposa, pois ela será fundamental na divisão social do trabalho no meio rural é associado a substantivos e adjetivos como: “vanguarda”, “transformadora”, “questionadora” (TROIAN; BREITENBACH, 2018, p. 789-790).

Castro (2005) e Brumer (2007) ressaltam que há duas idealizações recorrentes sobre a juventude rural. Uma associada ao problema da tendência migratória dos jovens para a cidade, o que, para Castro (2005), contribui para a invisibilidade da categoria como formadora de identidades sociais. A segunda trata das características ou problemas existentes no deslocamento do estabelecimento agrícola familiar para a nova geração. Segundo Golgher (2010), a saída desse jovem implica o entendimento de que o local de partida oferece menores condições de vida que o local de destino. Ninguém migra se não vislumbrar uma melhoria tácita de vida no local onde passará a viver. Mudar para pior não faz parte do processo decisório, por mais que nem sempre as projeções se concretizem da maneira como planejado. Carneiro (1998) destaca que “a juventude rural salta aos olhos como a faixa demográfica que é afetada de maneira mais dramática por essa dinâmica de diluição das fronteiras entre os espaços rurais e urbanos, combinada com o agravamento da situação de falta de perspectivas para os que vivem da agricultura” (CARNEIRO, 1998, p. 1).

O jovem rural é aquele que não apenas reside no meio rural, mas, que vivencia, participa da unidade produtiva de caráter familiar, na qual ocupa espaços culturalmente definidos. É o sujeito que se relaciona com um modo de ser específico, vinculado a uma realidade em que o mundo do trabalho e o mundo da vida se conciliam. Esse jovem é um articulador de práticas de vida como qualquer outro, embora mantenha as características identitárias que expressam

as particularidades de seu modo de vida. Segundo Weisheimer (2005), a juventude rural é identificada de 14 maneiras diferentes nos estudos: alunos rurais, jovens, jovens agricultores, jovens do campo, jovens do interior, jovens do sertão, jovens empreendedores rurais, jovens empresários rurais, jovens filhos de agricultores, jovens rurais ribeirinhos, jovens sem-terra, juventude em assentamento rural, juventude escolar rural.

Um elemento marcante na educação do campo é sua intersecção com movimentos sociais rurais e a juventude rural organizada, que emerge, em simultâneo, como público prioritário da educação e como um dos artífices da proposta de educação do campo. Isso ocorre porque diferentemente da educação rural, cuja preocupação é a formação de mão de obra para atuar no mercado, a educação do campo está preocupada com a formação de agricultores, de lideranças rurais com condições de desenvolver-se socioprofissionalmente e, ao mesmo tempo, assumir a direção de processos sociais que ocorrem em âmbito local (MARTINS, 2019, p. 59).

De acordo com Wanderley (2007), é na família que o jovem rural tem o espaço de vida, de trabalho, de

vivência e de sobrevivência, ou seja, é uma comunidade afetiva. Marim (2020), traz que, além do âmbito familiar, há o socioeconômico, são marcados por diversas possibilidades e limitações, os jovens procuram incorporar certos recursos tecnológicos, pois, as tecnologias de comunicação, também interferem na socialização da juventude rural, propiciando vínculos institucionais para garantir sua integração positiva na sociedade e construir a autonomia social. Assim, a juventude rural, está vinculada com o trabalho rural, à agricultura familiar. Trata-se de um processo de interação e de transmissão de saberes que circulam nessas famílias/ comunidades desde tempos imemoriais (MARTINS, 2019, p. 161). Além, desses saberes, os jovens procuram estudar, conciliando trabalhos e estudos, na seção subsequente, aprofundaremos na relação trabalho e escola, como a juventude rural fazem para conciliá-los.

Trabalho x Escola

Os estudos de Kuhn e Brumes (2016) mostram que, em relação ao trabalho na unidade familiar, existe uma divisão nas atividades desenvolvidas pelos jovens, pois os rapazes atuam mais nas atividades voltadas para a agricultura e, as moças, no serviço doméstico. Assim, é notável que os jovens, por atuarem mais efetivamente no trabalho agrícola com os pais, também podem opinar na tomada de decisões dentro da propriedade, o que para as jovens já não é possível, sendo que o trabalho realizado por elas é considerado somente como uma ajuda.

De acordo com Stropassolas (2002), a vida no campo é mais atraente para os rapazes do que para as moças, pois herdaram a terra ou contam com apoio para levar adiante atividades produtivas, podendo elaborar projetos de vida que são alternativas válidas em relação à migração para a cidade. Entretanto, para as moças, normalmente, sobra uma vida como esposa de

agricultor, o que, atualmente, não é mais um desejo unânime.

Weisheimer (2007), ressalta, que os pais transmitem os saberes inerentes às atividades agrícolas e a sucessão aos filhos homens, enquanto para as mulheres são reservadas as atividades leves e os trabalhos domésticos, além de serem estimuladas a estudar. Nesse contexto, a divisão sexual do trabalho, elemento estruturante dos regimes patriarcais de gênero, produz padrões de condutas que se estruturam numa ordem binária e sexuada que não só diferencia, mas, também, hierarquiza o trabalho segundo o sistema sexo/gênero. De acordo com Heredia (1979), a definição do que é trabalho e do que não é trabalho no campo vai além de uma simples divisão de tarefas, mas se estrutura a partir da oposição entre casa e roçado.

O trabalho, para Antunes (1999), está em conformidade com o pensamento marxiano e é algo inerente à humanidade, no sentido de que é através do trabalho que o homem transforma o meio e também é transformado por ele, criando necessidades e sendo transformado por essas necessidades. Assim, o trabalho é uma atividade fundamental da vida humana, para além de prática e/ou atendimento às necessidades mercadológicas, pois a humanidade se constitui em suas atividades e é transformada por elas. E é sobre esse sentido do trabalho que se torna possível a constituição do ser social, “protoforma da atividade humana, fundamento básico da omnilateralidade humana” (ANTUNES, 1999, p. 85).

Nessa perspectiva, o trabalho é entendido como o agente de transformação social. Portanto, o trabalho representa a transformação da natureza pela ação humana. E, mais do que isso, é o responsável pela construção humana, como reflete Engels:

O trabalho é a fonte de toda riqueza, afirmam os economistas. Assim é, com

efeito, ao lado da natureza, encarregada de fornecer os materiais que ele converte em riqueza. O trabalho, porém, é muito mais do que isso. Pois, é a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem (ENGELS, 2004, p. 269).

A partir do momento em que o trabalho é um agente de transformação fundamental para o homem, é importante apontar a importância da escola para os jovens, pois há toda uma diferença da educação oferecida na escola rural em comparação com a educação escolar urbana. Ferreira e Alves (2009) destacam que a escolarização influi nas perspectivas de reprodução da atividade agrícola, uma vez que aproxima os jovens rurais de um universo particularmente voltado ao meio urbano, às atividades e às expectativas do cotidiano das cidades. Percebe-se que os valores sobrepostos na escola e sua ideologia, de maneira geral, são urbanos, pois a educação oferecida nos centros urbanos raramente privilegia e valoriza a realidade rural.

Segundo os autores, Ferreira e Alves (2009), o ensino rural demonstra muitas carências, de estrutura, materiais e de equipamentos. Para Martins e Carrano (2011), a escola, enquanto instituição, pode também contribuir para que os jovens realizem escolhas conscientes acerca de suas trajetórias pessoais, desenvolvendo valores, conhecimentos e habilidades, hoje não mais transmitidos pelas famílias, dadas as mudanças sociais ocorridas.

Em certa medida, o jovem rural se vê rotulado diante da aproximação entre o mundo rural e o urbano. Isso decorre do fato de que o centro de análise urbano é valorativamente superior. Parecer ou ser rural é ser diferente do padrão social. Castro (2007) verifica que um dos problemas que afeta o meio rural é “a falta de acesso a serviços e bens de consumo”, assim como a carente inserção de políticas públicas efetivas e eficientes de um modo geral (CASTRO, 2007, p. 129). Segundo Weisheimer (2005), o que leva os jovens a migrar é a falta de oportunidade de trabalho e geração de renda, assim, é dado o impedimento de reprodução das unidades produtivas.

Esses jovens migram porque almejam melhores condições de trabalho e maior remuneração, mas, também, educação de melhor qualidade e, não menos importante, acesso ao lazer. Esses jovens demandam por cinema, shows, teatro, viagens, etc. Contudo, suas condições materiais, ao migrar para a cidade, são, de tal forma, precárias que eles dificilmente teriam condições de concretizar esses desejos, a não ser pelo avanço dos processos formativos. Mas é importante registrar que eles têm esses anseios, ainda que em um grau muito grande de idealização. Com isso, percebemos uma dinâmica interessante: o jovem rural não está aceitando mais o lugar que sempre lhe foi imposto, de ser um ajudante familiar.

De acordo com Kuhn e Brumes (2016), a mobilidade diária dos jovens rurais entre o campo e a cidade também possibilita a eles entrar em contato com o universo urbano, quando estruturam também suas representações sobre a cidade. Observam-se aqui duas tendências: enquanto uma boa parcela (41,18%) desses jovens pretende ficar no campo, pois veem a cidade em sua negatividade, ou seja, como um espaço de violência, onde o tempo é rápido e controlado. Já para os outros, encaram a cidade como fundamental para seu projeto de futuro, vendo-a como um espaço de oportunidade

de estudo, lazer e emprego, características que não encontram no campo.

jovens (SANTOS, 2017, p. 619).

A baixa escolaridade que ainda se mantém entre as populações do campo pode se relacionar a condições desiguais de inserção no mundo do trabalho, ainda prematura e marcada por poucas oportunidades formais de emprego, mesmo em um cenário de ampliação produtiva da agricultura. Desse modo, deixar o campo ainda constitui um dos caminhos para a obtenção de melhores oportunidades profissionais e escolares, o que gera dilemas para a juventude rural na atualidade (Castro, 2009). Aqueles que permanecem no campo continuam ostentando baixos índices escolares e subsistindo por meio de trabalhos menos remunerados, o que pode implicar em poucas possibilidades de reverter o quadro de exclusão. Além disso, o tipo de inserção laboral, se em trabalhos mais formais e com maior nível de qualificação e direitos associados, é um fator a se considerar na compreensão da escolaridade entre os

A escolarização prolongada e os diplomas de nível técnico ou superior são percebidos pelos jovens rurais e, especialmente, pelas jovens rurais, como caminhos mais rápidos e seguros para tessituras da autonomia pessoal e da ascensão social (MARIM, 2020, p. 41). Esses jovens ao adquirir maiores conhecimentos, poderão aproveitá-lo dentro das propriedades familiares, assim, eles aperfeiçoarão técnicas de produção, comercialização e adequando as atividades diárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A juventude rural possui uma diferenciação de gênero em vários aspectos, assim como se diferenciam seus projetos de futuro. No entanto, é evidente que esta categoria social possui uma diversidade que merece ser amplamente estudada, para que assim sejam elaboradas políticas públicas que atendam às demandas da juventude rural, com melhorias de equipamentos, estruturas, materiais, possibilitando que esses jovens frequentem uma escola que satisfaça suas necessidades. Ou seja, eles desejam por mudanças no campo e na realidade brasileira.

Nesse movimento de estudar, muitos jovens se deslocam para a cidade à procura de estudos. Eles veem a escola como uma possibilidade de mudança de vida, acreditando que, ao se mudar para a cidade, conseguirão estudar e arrumar algum emprego no espaço urbano. Nesse contexto, garantir o acesso, permanência e êxito à educação básica para esses jovens, proporcionando-lhes ampliação da escolaridade média e igualdade para concorrer ao mundo do trabalho torna-se uma obrigação e dever do poder público.

Por fim, é preciso que as políticas públicas educacionais alcancem de fato o jovem que vive na

zona rural. Uma educação que assegure uma boa formação para que ele possa além de permanecer na escola, tenha qualidade no ensino. Tudo isso para proporcionar condições de desenvolver as suas atividades, ampliando a produção com novas tecnologias para que ela viva com sua família no campo com qualidade de vida e sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, Meda de. **Pesquisa-ação e a formação de professores em serviço**. Etnografia da prática escolar. Campinas: Papirus, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 3. ed. Coleção Mundo do Trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed., reimpr. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2011.
- ATLAS DA JUVENTUDE. Disponível em: <https://atlasdasjuventudes.com.br/wpcontent/uploads/2021/11/ATLAS-DAS-JUVENTUDES-2021-COMPLETO.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2023.
- BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Lisboa: Fim de Século, 2003.
- BRASIL. **Estatuto da juventude**: atos internacionais e normas correlatas. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/509232/001032616.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2023.
- CARNEIRO, Maria José. **O ideal rurbano**: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. Mundo Rural e Política. Rio de Janeiro: Ed. Campus/Pronex, 1998.
- CASTRO, Elisa Guaraná de. Balanço e perspectivas. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (Org.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- DAYRELL, Juarez. Jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, 2003, n. 24, p. 40-52. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/zsHS7SvbPxKYmvcX9gwSDty/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 jul. 2023.
- ENGELS, Friederich. **O papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. Tradução: O Vermelho. 2004. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1876/mes/macaco.htm>. Acesso em: 20 abr. 2023.
- FERREIRA, Brancolina; ALVES, Fábio. Juventude rural: alguns impasses e sua importância para a agricultura familiar. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de (Org.). **Juventude e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009.
- FRANZOI, Naira Lisboa. Juventude, trabalho e educação: crônica de uma relação infeliz em quatro atos. In: DAYRELL, Juarez; MOREIRA, Maria Ignez Costa; STENGEL, Márcia. **Juventudes contemporâneas: um mosaico de possibilidades**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2011.
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/52806/000728684.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 19 jul. 2023.
- GOLGHER, André Braz. **Diálogos com o ensino médio 3**: o estudante jovem no Brasil e a inserção no mercado de trabalho. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2010.
- HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A morada da vida**: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- KUHN, Claudete; BRUMES, Karla Rosário. Juventude Rural: diferenças de gênero na escola, no trabalho e na construção de projetos de futuro. **Anais**, 2016, p. 1-15.
- MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. La juventud es más que una palabra. In: MARGULIS, Mario et al. **La juventud es más que una palabra**. Buenos Aires: Biblos, 1996.

- MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. Juventudes Rurais: projetos de emancipação social. **Desenvolvimento em Questão**, v. 18, n. 52, p. 33-54, 2020. <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/QHfYfV7nPqyI/ZwV7KTSjqBs/#>. Acesso em: 22 jul. 2023.
- MARTINS, Carlos Henrique dos Santos; CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues. A escola diante das culturas juvenis: reconhecer para dialogar. **Revista do Centro de Educação**, v. 36, n. 1, p. 43-56, Santa Maria, RS, Brasil, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/2910>. Acesso em: 18 jul. 2023.
- MARTINS, Leonardo Rauta. **Permanecer no campo como projeto de vida de jovens rurais: experiências de formandos e egressos de Escolas Família Agrícola no Estado do Espírito Santo**. 2019. 229 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/37242>. Acesso em: 20 jul. 2023.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa social. **Teoria, método e criatividade**. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MORAES, Nídia de Jesus; PASQUALLI, Roberta; SPESSATTO, Marizete Bortolanza. Juventudes, Educação e Mercado de Trabalho: um ensaio teórico. **Revista Carioca de Ciência, Tecnologia e Educação**, v. 6, n. 2, p. 15-29, 2021. Disponível em: <https://recite.unicarioca.edu.br/rccte/index.php/rccte/article/view/189>. Acesso em: 19 jul. 2023.
- PERALVA, Angelina. O jovem como modelo cultural. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, ANPEd, n. 5/6, 1997.
- SANTOS, Robson dos. Trabalho e educação entre jovens de 15 a 29 anos residentes no campo: desafios à ampliação da escolaridade. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 98, n. 250, p. 596-623, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/9NdC3dQFm7NYTPN5SM5F3qM/?lang=pt>. Acesso em: 22 jul. 2023.
- SILVA, Roselani Sodrê da; SILVA, Vini Rabassa da. Política Nacional de Juventude: trajetória e desafios. **Caderno CRH**, v. 24, p. 663-678, 2011. Disponível em:
- STROPASSOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Tese de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas. Florianópolis: UFSC, 2002.
- TROIAN, Alessandra; BREITENBACH, Raquel. Jovens e juventudes em estudos rurais do Brasil. **Interações (Campo Grande)**, v. 19, p. 789-802, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/xQRmPSyw4yBzZtXcwnccm3K/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 19 jul. 2023.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. *In*: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 21-33.
- WEISHEIMER, Nilson. **Juventudes rurais: mapa de estudos recentes**. Brasília: MDA, 2005.